

ESBOÇO DE UM PERFIL DOS REEDUCANDOS DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE MARILIA. Ricardo Ramos Shiota; Luis Antônio Francisco de Souza. –Inter-áreas - Sociologia, Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília.

A partir da década de 1990 houve, no Estado de São Paulo, a criação de vinte e dois Centros de Ressocialização (CR's) como uma alternativa de instituição carcerária para efeito de execução das Leis Penais. Estes se destacam pela sua concepção e pelo tipo de gerenciamento norteador que, aliado a organizações não governamentais (ONG's) sem fins lucrativos, possibilitam um tipo diferenciado de execução penal e uma transparência maior para com a sociedade civil. O que vem contribuindo a uma maior reintegração social dos reeducandos e, conseqüentemente, a diminuir o número de reincidentes.

Nos Centros de Ressocialização, além de haver uma concepção difusa e descentralizadora de instituição carcerária, destacam-se assistências prestadas aos reeducandos, dentre elas a laborterapia como prática na remissão de pena dos condenados. Trabalho, educação e religião atuam com o fim de romper com a mentalidade delinqüente, muito embora esta seja criada pelas próprias instituições carcerárias no entendimento de Michel Foucault (2002).

Os Centro de Ressocialização apontam para uma ruptura com a concepção autoritária de poder cujo fim exclusivo é punir os presos, mantendo-os afastados de seus direitos enquanto pessoas humanas, conforme a concepção de Paulo Sérgio Pinheiro. Porém, dentre as instituições carcerárias – Centros Provisórios de Detenções e Penitenciárias etc – e tal como elas, os CR's possibilitam um número limitado de vagas para os “reeducandos” ou aqueles que infringiram as leis, e estes são alocados para a instituição segundo critérios que qualifiquem-nos como menos perigosos. Desse modo, sua clientela, embora possa usufruir direitos constitucionais, acaba sendo restrita e eleita por critérios da instituição, cujo escopo se dá em função do nível de “periculosidade” de seus escolhidos. Critérios estes que ainda não se teve um conhecimento maior nesta pesquisa introdutória, mas que é digno de ser conhecido para se ter em vista quais são os quesitos, além da ficha criminal de um “reeducando”, que tornam-no mais perigoso.

Quem está sob o controle do Centro de Ressocialização de Marília e, paralelamente, do Estado? A princípio pode-se partir do óbvio, ou seja, referindo-se a tais sujeitos pelo seu comportamento ilegal. Este pode ser uma ação, um fato ou um processo social. Com isso, parte-se de uma perspectiva sociológica na qual “os atores sociais são interpretados como personificação de relações, processos e estruturas, a distinção entre infrator e delinqüente torna-se necessária” (Ribeiro de Sá, 1996, p. 145).

Embora não se distingue de maneira empírica o infrator do delinqüente através de um perfil de determinada população carcerária nos termos da Secretária de Administração Penitenciária (SAP), parte-se dessa distinção conceitual a fim de não homogeneizar esses sujeitos. “Infrator e infração constituem-se, definem-se e decantam-se nas articulações desenvolvidas entre ator e justiça penal, e delinqüentes e delinqüência despintam-se nos nexos estabelecidos entre o ator e o aparelho penitenciário” (Ibdem, p.147). Assim o infrator está para um ator e seu ato cometido, refere-se única e exclusivamente a um fato penal ou a uma infração cometida que, por sua vez, teve de ser registrada na e pela polícia; enquanto o delinqüente pode ser compreendido com relação a um ator e um processo, um status ou um jeito de viver. A delinqüência seria forjada pelo próprio Estado, conseqüente às normas e à própria punição, ou à coação que o Estado submete os infratores na prisão dentre diversas outras conexões a serem descobertas.

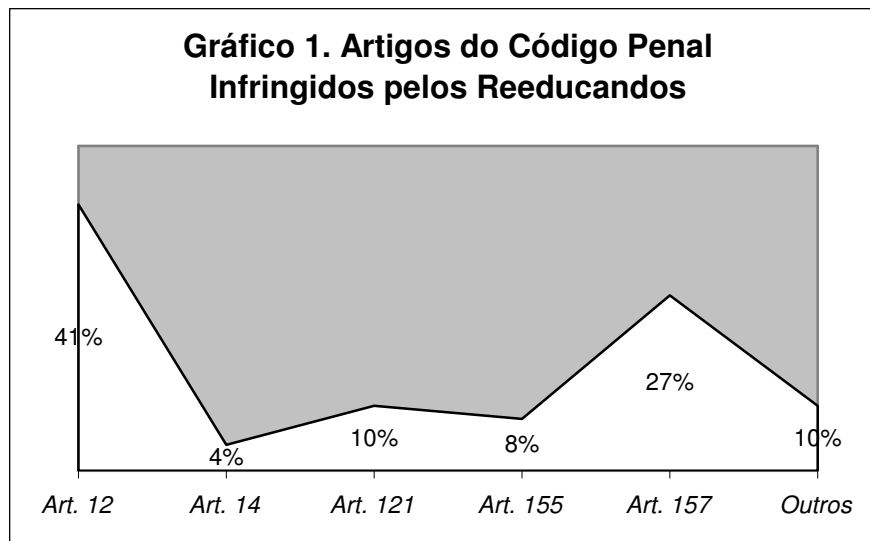
O Centro de Ressocialização de Marília foi criado a onze de setembro do ano de 2001, sendo planejado para receber 210 “reeducandos” reclusos em sua Comarca e adjacências. O envolvimento da sociedade civil no projeto se dá através da Organização Não Governamental APAC (Associação e Proteção e Assistência A Cidadania), uma entidade sem fins lucrativos com patrimônio e personalidade jurídica próprias. Desde a sua criação já foram atendidos, aproximadamente, 1500 “reeducandos” pelo Centro de Ressocialização de Marília. Sua localização geográfica situa-se ao lado da Penitenciária de Marília e da Colônia – local para onde vão os presos (“reeducandos”) em regime semi-aberto – na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, KM 465.

Esta pesquisa, em fase inicial, tem por finalidade elaborar um perfil dos “reeducandos” para um melhor conhecimento dos mesmos e para servir de horizonte às intervenções e projetos elaborados internamente, bem como de conhecer os procedimentos e práticas desta instituição carcerária. Utilizou-se o método quantitativo e análise de seus resultados. Foram realizadas consultas na ficha qualificativa, na entrevista de inclusão de presos provisórios junto às assistentes sociais, além de consultas no setor de prontuários, no setor de educação e no setor de produção do CR de Marília. As informações pessoais estão disponíveis apenas através da própria declaração dos reeducandos. Nem por isso elas perdem sua credibilidade, pretende-se elaborar cruzamentos de informações para garantir sua verossimilhança, tentou-se analisá-las a fim de apreendê-las no seu devido contexto sócio-cultural.

Dentre os itens investigados durante o mês de maio e junho do presente ano na instituição, que possui uma população bastante fluida, analisou-se o perfil institucional de 216 “reeducandos”. É importante frisar que se trata de um levantamento daquilo que foi produzido pela instituição mediante um recorte do pesquisador. Nestes itens, presentes nos questionários destinados aos presos, alguns possuem questões relacionadas ao campo psiquiátrico, outros a questões pessoais e eles se constituem como um tipo de produção de conhecimento institucional. Questões relacionadas à cor dos olhos, por exemplo, perfazem um tipo de conhecimento, o qual ainda não se sabe para quem e para que serve. De modo geral, esses dados e essa pesquisa de perfil suscitou-nos diversas questões ainda a serem desveladas.

Neste *paper* apresentar-se-á dados relacionados a 216 reeducandos, presentes nos meses de maio a junho na instituição, eles estão relacionados (1) à idade dos reeducandos, (2) à posse de tatuagens no corpo, (3) à escolaridade dos reeducandos, (4) à condição de paternidade ou não, (5) ao uso de drogas (6) ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas, (7) aos artigos infringidos do código penal, (8) ao número de estudantes matriculados no CR, (9) à profissão dos reeducandos. Cabe destacar que pequenas análises foram realizadas desses dados colhidos na instituição, cuja importância foi levar a um questionamento da própria instituição filiada à Secretaria de Administração Penitenciária.

A exemplo do que se objetiva, abaixo segue uma apresentação de gráfico relacionado aos artigos infringidos do código penal por esses “reeducandos”:



Acima se percebe que a **41%** dos reeducandos infringiram o **Artigo 12** da Lei de Tóxicos de 1976 – Tráfico de Drogas –, tornado crime hediondo em 1992; **4%** dos reeducandos infringiram o **Artigo 14** – Associação para o tráfico – da mesma Lei. **10%** dos reeducandos infringiram o **Artigo 121** – Homicídio – do Código Penal, criado pelo Decreto-Lei de 1940 e modificado pela Lei Nº 7.209 de 1984. **8%** dos reeducandos infringiram o **Artigo 155** – Furto – do Código Penal. **27%** dos reeducandos infringiram o **Artigo 157** – Roubo – do Código Penal brasileiro. **10% restante** dos reeducandos infringiram os seguintes Artigos do Código Penal: **171** – Estelionato; **180** – Receptação de Produto do Crime; **213** – Estupro; **214** – Atentado Violento ao Pudor; **216** – Assédio Sexual; **219** – Posse Mediante Fraude; **244** – Abandono Material; **250** – Incêndio Intencional; **289** – Falsificação de Moeda; **331** – Desacato à Autoridade; e **334** – Contrabando. Obs. Para este item foram analisados 196 reeducandos, ressaltando-se: há reeducandos que infringiram mais de um artigo do Código Penal.

Enfim, na sua maioria (52%) a idade dos reeducandos pesquisados é a de jovens com 18 a 27 anos de idade. Quase metade (49%) dos reeducandos possui tatuagens, número expressivo para determinada população, possuindo algum significado, além de ser um tipo de diferenciação social. Apenas 19% dos reeducandos declararam ter concluído o Ensino Médio, o que revela uma baixa escolaridade da população em amostra. Com relação ao estado civil, apenas 11% dos reeducandos se declararam casados; 35% disseram-se solteiros e 51% amasiados. Um número expressivo (62%) dos reeducandos afirmou possuir filhos. E quanto ao uso abusivo de bebidas alcoólicas, 34% declarou fazer uso. 42% estavam estudando no Centro de Ressocialização, o que revela um baixo interesse pela educação formal.

Os Centros de Ressocialização se apresentam como alternativa viável de instituições carcerárias, que possuem um tipo de gerenciamento associado à sociedade civil organizada, além de se configurarem numa concepção difusa e prestarem assistências aos reeducandos a um custo proporcional inferior, se comparado ao que é gasto nas penitenciárias? Vêm se apresentando como uma inovação no sistema prisional por diminuir o índice de reincidência? É uma instituição que não só deve ser mantida como também ampliada? Estas e outras indagações constituem o interesse desta pesquisa introdutória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAORO, R; MORAIS, F. et all. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Editora Política, 1984.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

INAF. *Educação que Liberta: Indicador de Alfabetismo Funcional da População Carcerária Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

PINHEIRO, Paulo S. *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO DE SÀ, G. *A Prisão dos Excluídos: Origens e Reflexões Sobre a Pena Privativa da Liberdade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.